

Gerações Futuras segundo Rachel de Queiroz: Análise das representações das transformações de comportamentos e de valores morais dos jovens (1964 – 1984)¹

Lia Mirelly Távora Moita

Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC – CE)

liamoita@hotmail.com

Após sua morte, em 2003, a escritora Rachel de Queiroz, uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX, foi constantemente lembrada em pesquisas acadêmicas que destacavam o fato de ela ter sido a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1977, e a receber o prêmio Camões, em 1993, a maior honraria dada a escritores de língua portuguesa, graças aos seus romances regionalistas comprometidos com questões políticas e sociais. Suas protagonistas, sempre fortes, subvertiam a ordem diante de questões polêmicas para a época, como casamento, maternidade e sexualidade.

A romancista também atuou como tradutor, jornalista e cronista prolífica que percorreu sobre diversas temáticas durante décadas no Brasil. A escritora, única representante do movimento modernista, foi “uma mulher que escolheu e determinou seu destino afetivo, existencial, literário, profissional e político. Foi uma mulher que viveu de e para o ofício de escrever” (HOLLANDA, 2004, p.297).

No entanto, a partir de pesquisas pessoais visando problematizar a obra da escritora, deparei-me com um texto escrito no final dos anos 1990, pela professora Heloísa Buarque de Hollanda, que apresentava Rachel de Queiroz, até então, desconhecida por mim: figura de trajetória controversa, dona de declarações polêmicas, que primou por construir uma memória controversa, na contramão da História, uma vez que foi comunista no início da carreira, trotskista durante o Estado Novo e se autodefiniu liberal de esquerda quando participou das confabulações que antecederam o golpe civil- militar de 1964 e celebrou a posse de Castelo Branco. Por causa dessas incongruências políticas e ideológicas, “Rachel, o fenômeno literário dos anos 30 – 40,

¹ Texto adaptado da dissertação intitulada “A Lei da Megalópole para a cronista na ditadura militar: Aspectos da modernização conservadora na escrita de Rachel de Queiroz (1964 – 1984)”, defendida em 2018 na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

passou a ser subestimada pela nova geração crítica” (HOLLANDA, 1997, p. 104), no momento em que estava sendo estabelecido o cânone acadêmico dos estudos literários.

Para esse artigo, foram utilizadas treze crônicas que tratavam de forma direta ou indireta de temáticas referentes à juventude entre os anos de 1964 e 1984². A partir da década de 1960, o interesse pelos jovens foi ampliado, pois eles passaram a ser vistos como protagonistas de várias ações culturais que marcaram o período e os tornaram referência para a história político – cultural do país. Rapazes e moças foram concebidos como sujeitos históricos, aptos a modificar a realidade por meio da participação ativa nas lutas sociais. Analisando os textos, podemos distinguir três grupos de jovens representados pela escritora Rachel de Queiroz. Até o início da década de 1970, foi dado ênfase aos jovens da camada da população escolarizada da classe média com acesso ao ensino médio e à universidade. Seus textos buscavam desencorajar os movimentos estudantis e indicar caminhos trilhados pelos militares dentro da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento³. No decorrer desse decênio, moças e rapazes passaram a ser caracterizados dentro de um contexto de “vazio político e cultural”, marcados pela ausência de projeção para o futuro e como reprodutores dos ditames estabelecidos pela moda da época. A partir da década de 1980, a autora passou a esboçar uma preocupação social, refletindo sobre trabalhadores, adolescentes, chamados genericamente de “menores”, que viviam fora da escola e engrossavam as estatísticas de violência nos centros urbanos.

Comumente pode-se observar em inúmeras pesquisas, referentes aos anos 1960 e 1970, uma juventude que ganhou espaço na cena política, graças ao seu engajamento nos movimentos estudantis e em grupos políticos, que combatiam a ditadura militar, mesmo com a censura institucionalizada. Multiplicaram-se as manifestações e passeatas

² Foram utilizadas crônicas da revista *O Cruzeiro*, de circulação nacional, e do Jornal *O Povo*, que circulava apenas no Ceará, estado natal de Rachel de Queiroz. Até 1975, ano de fechamento do primeiro periódico citado, a escritora publicou textos semanais exclusivos para a seção *Última Página*. A partir daí, foram utilizadas crônicas publicadas em *O Povo*, na página destinada a assuntos políticos locais e nacionais. Esses periódicos foram escolhidos graças a duradouros laços afetivos e profissionais estabelecidos entre a cronista e essas empresas de comunicação.

³ A Ideologia de Segurança Nacional, contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que, de acordo com Maria Helena Moreira Alves (2005), foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas do Estado, destinadas a facilitar o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização, uma a efetiva utilização dos recursos naturais, uma a rede de transportes e comunicação para integrar o país que era extenso, com regiões pouco habitadas, e, portanto, era necessário compensar a vulnerabilidade dos espaços vazios.

organizadas dentro das universidades brasileiras, com reivindicações estudantis que serviam de pretexto para manifestações contra o governo. Mesmo com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, que fechou ainda mais os canais de contestação, foram criadas novas estratégias de combate, seja nas artes, seja na luta armada. Segundo Hobsbawm (2015), os campi ou as cidades universitárias eram bastante efervescentes e podiam ser considerados transnacionais, trocando experiências e ideias através de fronteiras com mais facilidade e rapidez, utilizando a tecnologia de comunicação que se modernizava. Ainda de acordo com ele:

Como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivas, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social. Nos países ditatoriais, em geral, elas forneciam os únicos grupos de cidadãos capazes de uma ação política coletiva [...] (HOBSBAWM, 2015, p.292).

A atuação política da juventude, dentro das instituições educacionais, passou a ser observada de perto pela Ditadura Militar, por causa da capacidade de mobilização e resistência e, portanto, precisou ser combatida e controlada. Para isso, entraram em vigor as ações conservadoras da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, uma vez que a educação era um dos setores prioritários da pauta desenvolvimentista, por seus efeitos multiplicadores e por incluir valores nos jovens, mas que deveria ser inspecionada por meio da propaganda psicológica e do controle ideológico. Dentro desse contexto, a cultura, também, se tornou um espaço estratégico de disputas, que deveria disciplinar os jovens e auxiliar na propagação de princípios simpáticos ao governo.

Rachel de Queiroz, inúmeras vezes, propagou ideias alinhadas à Doutrina de Segurança Nacional de Desenvolvimento, legitimando o regime político vigente no país e fazendo publicidade de suas principais ações. Quando a temática principal era a juventude, a escritora, em seus textos, desestimulava as manifestações e atos que envolviam a luta armada, taxando os participantes de terroristas, e incentivando a participação em projetos vinculados ao Executivo federal, nos quais proliferaram valores caros à tradição, sobretudo à pátria e à religião. Muitas vezes, a cronista, inclusive, obscureceu seu passado em que militou no Partido Comunista e quando chegou a se candidatar deputada, no Ceará, pelo Partido Socialista, seus aliados. Essas

contradições entre o que vivenciou e o que defendia, naquele momento, foram explicadas por ela mesma em entrevista:

Trata-se de uma questão de faixa etária, principalmente. Há um dito popular muito certo: “Os jovens são incendiários e os velhos são bombeiros”. A gente, quando está velha, pensa com mais serenidade e encara os salvadores do mundo com mais ceticismo. Hoje não acredito em 90% das coisas que acreditei. Há quem chame isso de acomodação. Pra mim é desilusão (FOLHA DE SÃO PAULO, 1977, p.2).

O depoimento da cronista, que rememora suas ações passadas ligadas aos grupos de esquerda, está em comum acordo com a trajetória dela, se decompõe em múltiplas outras, durante a sua vida. De acordo com LE GOFF (1996), ao nível individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p.423). As lembranças são uma construção ativa, dinâmica e, portanto, nunca é uma simples repetição do passado e sim uma reconstrução que cada um realiza dependendo da sua história, do momento e do lugar em que se encontra. Possivelmente, Rachel de Queiroz tenha renegado algumas características dos seus tempos remotos e forjado uma identidade desiludida frente às lutas da esquerda, com o intuito de reafirmar sua postura conservadora e alinhada aos padrões da ditadura vigente no Brasil. Diante disso, pode-se utilizar os escritos de Paul Ricoeur (2012), para concluir que o que acontece é uma instrumentalização da memória, que é acionada para ser a fiadora de discursos e práticas de legitimação de uma determinada identidade, impedindo o questionamento do status quo.

A cronista de forma reacionária, portanto, inúmeras vezes usou sua escrita para difamar os movimentos de esquerda, tentando desencorajar a atuação juvenil. Em 1971, Rachel de Queiroz publicou *O Homem Morto*, em que abordou a atuação de Carlos Lamarca nas atividades de oposição ao governo brasileiro, dando ênfase a sua morte: “Meninos, quero dizer, rapazes e moças do Brasil, vocês viram, morreu afinal Lamarca, como era de se esperar que morresse de arma na mão” (O CRUZEIRO, 1971, p.130). Apesar de o homem que ocupava a temática central da crônica, não estar enquadrado na faixa etária da juventude, pois faleceu com 34 anos, era admirado e servia como exemplo para novos militantes. Dessa forma, a escritora usou seu malogro para afastar

possíveis novas adesões as suas ideias ativistas. O homem tratado no texto abandonou o exército brasileiro para se tornar um revolucionário e comandar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), depois migrou para duas outras siglas, como Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR8. Não era um teórico ou intelectual, defendia a construção imediata do foco guerrilheiro e emprestando seu talento de excelente atirador à revolução, que precisava de ação naquele momento, transferiu a luta armada da cidade para o campo, onde se isolou e foi executado.

A escritora, em seu texto, reproduziu a versão veiculada pela mídia a respeito do guerrilheiro e , ainda, deu à crônica um aspecto instrutivo e aconselhador para os mais jovens, os desestimulando para a luta armada. De acordo com Rachel de Queiroz: “Muitos moços que leram os jornais sobre Lamarca talvez enxerguem nele, através do seu halo sangrento, uma espécie de figura de herói que se dedicou a uma causa e matou e morreu por ela [...]” (O CRUZEIRO, 1970, p.130). O desestímulo veio complementado por um incentivo a uma prática da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento de ocupar o interior do país, a partir de programas educacionais criados para desarticular o discurso contestador das universidades e integrar a juventude aos projetos de modernização do Brasil. À vista disso:

O Brasil imenso e palpitante chamado por vocês, meninos, precisando desesperadamente de médicos, de engenheiros, de professores, de técnicos, de cientistas; olhem as estradas por abrir, as barragens por levantar, as indústrias a criar, as cidades por sanear, os campos por irrigar e plantar, os desafios por aceitar (O Cruzeiro, 1970, p.130).

As crônicas de Rachel de Queiroz adquiriram um caráter nacionalista que atribuía aos mais moços um papel fundamental no processo de renovação, ocupação e modernização do Brasil. Com essa finalidade, ela fazia propaganda de projetos educacionais do governo que, instruíam em conformidade com o programa de transformação proposto pela Doutrina de Segurança Nacional, a qual, naquele momento, estava em fase de implementação do controle da sociedade civil. Em 1964, a cronista publicou *Regeneração*, em que a escritora propagou o caráter regenerador do Executivo, que, segundo ela, estava livrando o país da ação de corruptos, ao mesmo tempo em que instalava um governo “decente e austero”. Era necessário, para isso, o apoio da juventude para seguir o exemplo de honradez militar. Portanto, de acordo com ela, “ensinar a esses meninos de hoje aquilo que aparentemente todo mundo sabia nos

primeiros tempos de República: que um homem, depois de ocupar altos cargos, não sai deles necessariamente rico [...]” (O CRUZEIRO, 1964, p.130). Disse a cronista, citando o exemplo moral de Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, presidentes militares do início da república brasileira.

Conforme Rachel de Queiroz, na crônica, a mocidade ainda não estava corrompida, somente mal encaminhada e mal esclarecida e, assim sendo, não descobriria sozinha, os conceitos de certo e errado. Era necessário, sobretudo, de acordo com ela, instruir sobre o destino do dinheiro público, arrecadado em impostos e sistema de previdência. Em 1971, a escritora foi bem incisiva em *Hora Decisiva*, indicando um processo já institucionalizado da modernização conservadora, articulado pela Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com a cronista: “[...] atira-se o governo agora à conquista ideológica e psicológica da tropa, que é afinal quem faz a guerra – amparada pelo comando é claro, orientada por ele, exercitada por ele [...]” (O CRUZEIRO, 1971, p.130). Esse exército, assim, seria formado pela juventude, que ajudaria na política de modernização, atrairia apoio social para legitimar as ações do governo e desmobilizaria opositores.

Em comum acordo com os projetos governamentais de interiorização da modernização, integração territorial e deslocamento dos jovens para atividades que os afastassem dos conflitos com os militares, Rachel de Queiroz propagandeou os *Projetos Rondon e Mauá*, ambos atrelados a valores nacionalistas e conservadores. Para assim “abrir a essa mocidade novos horizontes, criar-lhe novo espaço vital [...] criar empregos, consumir mão de obra, dar terras e trabalho às novas gerações” (O CRUZEIRO, 1971, p.130). O objetivo principal dessa Operação Rondon, na verdade, era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar, e, “assim se esperava, aprenderiam a reconhecer no Exército uma instituição dedicada aos problemas do país” (MOTTA, 2014, p. 88).

No ano anterior, a cronista já havia comemorado o resultado da onda modernizadora e patriótica pela qual o país passava, na já citada *Gosto de Brasil*. Portanto, segundo a afirmação dela, “os jovens afastados da contestação estéril”, podiam ser apresentados aos projetos da ditadura militar, os quais dependiam da sua ação. Esse suposto enfraquecimento dos movimentos políticos, que seduziam massas

juvenis, pode ser explicado pela proposição de Gaspari (2014), que afirmou que em junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que tinham mais de cem militantes nos centros urbanos, fato extremamente comemorado e divulgado pela Escola Superior de Guerra. No entanto, a escritora foi além, e afirmou que o protesto se afastou não só dos movimentos estudantis, como de outro canal de contestação bastante utilizado pela juventude: a música. Dessa forma:

Acontece é que evidentemente o público já não prestigia os shows de protesto, não vai ver, não compra entradas. Os letristas da MPB sintomaticamente deixam de falar só em irmão, em paz, em mão aberta, em guerra e fome, em sangue e demais chavões no cancionário contestatário (O CRUZEIRO, 1970, p.130).

Contudo, não é o que afirma Marcos Napolitano (2014). De acordo com o historiador, o campo artístico-cultural protagonizado pela esquerda viveu um período paradoxal. De um lado, os artistas engajados sofriam com a repressão e censura, que Rachel de Queiroz afirmava categoricamente não haver. Do outro, foi beneficiado pelo crescimento dos meios de comunicação e indústria cultural, além de passar por momentos criativos e de prestígio social. Apesar de, nesse momento, os artistas, mais elogiados pela crítica e classe média intelectualizada, estarem no exílio, como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Geraldo Vandré, ainda havia um circuito de shows em campi universitários, levando inúmeros cantores ao encontro de jovens mais entusiasmados com a MPB. Nesse mesmo momento, surgiram comunidades contraculturais⁴ protagonizando novas formas de viver a cultura.

Ainda conforme Napolitano (2014), os jovens, que viveram no país após o AI5, em meio à busca formas alternativas de oposição ao regime, procuravam também novos valores morais, por meio da mudança no comportamento sexual, fugindo dos padrões monogâmicos, e por meio da experimentação de drogas, como uma metáfora de libertação individual. Esse grupo, especialmente de classe média e beneficiado pelo milagre econômico, usufruiu de uma abertura no mercado de trabalho com novas possibilidades de consumo. Já para Rachel de Queiroz, com o intuito de despolitizar as

⁴ De acordo com Pereira (1983), o termo contracultura foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 1960, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários países, inclusive na América Latina. Contracultura é a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é anticultura.

ações da mocidade, esse momento foi de vazio político e cultural, marcado pela ausência de projetos de intervenção e de projeção para o futuro. Segundo ela, a contestação ficou no plano moral, marcado pela revolução sexual, ou por transformações cotidianas, como o uso de roupas, cabelos e linguagens não peculiares. A escritora observou essas alterações na conduta de moças e rapazes, dedicando um mês inteiro a publicação de crônicas complementares. Assim, "tudo neles é diferente, gemem seus genitores. A linguagem, as roupas, os conceitos de bonito e feio. Ninguém entende mais esses meninos" (O CRUZEIRO, 1972, p.130).

Na primeira crônica da série, *Os Pais e os Bichos*, a cronista elencou, de acordo com sua opinião, as principais mudanças que geraram choque de gerações entre pais e filhos. De acordo com Rachel de Queiroz, os jovens se transformavam em esfinges cabeludas e enigmáticas, mal-agraçadas e pouco estudiosas, levando seus progenitores à loucura. Nesse momento, passou a ser cada vez mais frequente o termo "conflito de gerações", perceptível especialmente no espaço privado e íntimo da família. Enquanto isso, os "bichos", segundo a escritora, usavam a linguagem misteriosa e subversiva, com tanta pobreza de vocabulário, que podia ser assemelhada a uma fala intermediária entre a dos "aborígenes australianos e a de Tarzan dos macacos". O escritor Zuenir Ventura, no livro *1968, O ano que não Terminou*, observou também essa desarticulação do discurso dos jovens de classe média urbana "que, do final de 68 até 75, ficaram expostos à cultura autoritária. Foi a geração da linguagem indeterminada, unidimensional do barato, curtir, transar, pintar" (VENTURA, 2008, p.52).

Considerando que os jovens eram escravos do barulho, no seu cotidiano, pois de silencioso "já basta o vácuo interior que eles cultivam", Rachel de Queiroz julgou a música outro ponto de conflito entre as gerações. As canções⁵ foram qualificadas como barulhentas, de arranjos banais, refrão repetitivo e temáticas "bestinhas e açucaradas", como dor de cotovelo, meu amorzinho, saudade e luar. A escritora provavelmente fazia menção à Jovem Guarda, estilo musical que incorporou influências do rock'nroll norte-

⁵ Mesmo em meio às críticas, a autora reconheceu, mesmo sem nominar, a presença de produções de qualidade na nova geração musical, sem, no entanto, nominá-las. Nesse período, surgiram "elementos absolutamente excelentes, que independem de moda e curtição, que seriam ótimos em qualquer época e que qualquer careta e quadrado entre nós, sabe identificar como bom" (O CRUZEIRO, 1972,p.130). Estaria ela se referindo a compositores da MPB, Caetano Veloso e Chico Buarque, os quais anos depois foram elogiados por ela em entrevista?

americano, com repertório caracterizado por letras ingênuas, que alternavam temas românticos, de humor ou de rebeldia de uma juventude transviada. Esse estilo musical influenciou profundamente os “padrões comportamentais de toda geração. Ou seja, mais que um fato musical em si, o movimento do iê,iê,iê configurou-se como um fato social, cultural significativo daquele tempo” (PIMENTEL, 1994, p.75).

Apesar de iniciar a crônica da semana seguinte mis uma vez ressaltando a indolência e preguiça mental dos “bichos”, nos textos posteriores a autora abandonou os aspectos conflituosos que envolviam a juventude e passou a analisar as questões estéticas, referentes aos cabelos e roupas. As longas cabeleiras masculinas foram bastante elogiadas por Rachel de Queiroz, uma vez que, de acordo com ela, era sinal de beleza e de masculinidade. Além disso, ela fez questão de ressaltar que esse estilo, que já foi usado muitas vezes ao longo da história, não podia ser simplesmente reduzido a uma forma de contestação. “Pode haver começado assim, mas, se alastrou foi por moda. E se é protesto, será social e estético e não político” (O CRUZEIRO, 1972, p.130). A moda hippie⁶ de cabelos longos e despenteados, usados por homens e mulheres mostrando que a fronteira entre masculino e feminino se diluía, foi popularizada após o Festival de Woodstock, em agosto de 1969 nos Estados Unidos e difundido para o mundo todo pelos meios de comunicação da época. Aquele evento extrapolou as fronteiras da música e marcou época na história do movimento de rebelião da juventude internacional, mesmo que em padrões comportamentais.

As duas últimas crônicas da série que se propunha caracterizar os “jovens bichos” se dedicaram à análise das roupas, já afirmando desde o início: “É que sou entusiasta das roupas coloridas, das roupas rendadas, do luxo, do ornato no vestuário masculino”. (O CRUZEIRO, 1972, p.130). Essa tendência se alastrou no Brasil, pelos jovens que precisavam acompanhar a dinâmica das transformações no país como consumidores de uma moda que vinha do exterior, pois para se considerar modernos precisavam “aprender a aspirar à mudança: não apenas estar aptos a mudanças em sua

⁶ De acordo com Pereira (1983), o rock ajudava a encenar o movimento da contracultura e um grupo que tinha um papel fundamental nesse universo, eram os hippies. Com seu mundo psicodélico, seus cabelos agressivamente compridos, suas roupas coloridas e exóticas, enfim, com seu ar freak (estranho extravagante), eles começaram a encher as ruas dos Estados Unidos, ou melhor, da Califórnia, já desde os primeiros anos da década de 1960. De lá se espalharam pro mundo inteiro.

vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-os adiante” (BERMAN, 2014, p.119).

A escritora, de uma forma geral nos seus textos, parecia não acreditar na autonomia e poder de transformação dos jovens e se mostrou, também, bastante cética em relação às tentativas dos pais de modificá-los e integrá-los às suas expectativas, apesar de admitir que os jovens manteriam o instinto de conservação dos seus progenitores, uma vez que seriam herdeiros de um “mundo formidável e complexo” que se renunciava. Fato comprovado na crônica *Geração*, de 1973, em que Rachel de Queiroz, de forma ressabiada, questionou se valeriam os esforços feitos pela sua geração para preparar o caminho para os seus descendentes: “Acho que nós todos, governo, Clero, milícia, particulares, somos vítimas dessa chantagem paternalísticas das futuras gerações” (O CRUZEIRO, 1973, p.1973). E mesmo demonstrando certo descontentamento diante dessas questões, ela solicitou não só garantias para seu bem estar na velhice, como a permanência de práticas paternalistas reparadoras de moças e rapazes, para que as dificuldades enfrentadas, naquele momento, fossem compensadas pelos novos cidadãos formados.

O início da década de 1980, já no jornal *O Povo*, as crônicas de Rachel de Queiroz apresentaram transformações nas temáticas, quando o assunto principal era a juventude, não a representando mais por meio dos movimentos de esquerda, nem pela contestação comportamental. Esse momento era de crise do milagre econômico brasileiro, com inflação exorbitante e dívida externa crescente, fatores que reduziam o poder de compra da classe média e operária, além de ampliar o índice de desemprego do país. Ademais, de acordo com Napolitano (2014), mesmo com a revogação do decreto número 477 ⁷, em 1979, que permitiu as entidades locais de estudantes na forma de diretórios centrais, os jovens universitários, em meio à disputa de várias tendências ideológicas, não conseguiram protagonizar as grandes lutas contra o regime militar, ficando a reboque dos partidos de esquerda ou dos movimentos sociais. Assim sendo, nesse momento:

⁷ O decreto- lei número 477, de 1969, previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades, considerados de subversão ao regime. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição do país, por 5 anos, além disso, os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por 3 anos.

Com o retorno das massas operárias à cena política, os estudantes passaram a se sentir um misto de coadjuvantes e missionários nas novas lutas sociais, mesmo que os operários não fossem muito receptivos a eles nas assembleias sindicais, por considerá-los “porras – loucas” e pequenos burgueses (NAPOLITANO, 2014, P.261).

Na verdade, a escritora concentrou suas preocupações e representações em uma faixa etária mais jovem, nominada por ela como a “geração de pivetes”, delimitada entre 15 e 18 anos, especificada como “mulata, cafuza e crioula. Em *Favela da Maré*, 1980, Rachel de Queiroz elencou as condições de formação desses meninos, qualificados como “filhos da guerra”. Segundo ela, a “miséria no interior, o êxodo para a cidade grande, a continuação e até agravamento da miséria nas favelas urbanas, a dissolução das famílias, o abandono, a vadiagem e o crime [...]” (O POVO, 1980, p.4), os instruíram. Responsabilizando especialmente as condições de pobreza, falta de oportunidades, desestruturação dos familiares, o preconceito e indiferença da classe média⁸ frente a essa situação, a cronista chegou até mesmo a questionar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), enquanto instituição capaz de solucionar problemas dos menores, reeducando-os e reintegrando-os a sociedade. De acordo com ela, nesses reformatórios, os meninos, na verdade, faziam curso de crime, violência e drogas, reincidindo na transgressão e seriam presença provável nos presídios na fase adulta. Logo, ela solicitou uma resolução para a questão: “Esses todos também estão antecipadamente perdidos? Não há como salvá-los, acudi-los, fazer deles gente, brasileiros, cidadãos? (O POVO, 1980, p.4).

A FUNABEM foi criada em 1964 com o objetivo de corrigir e prevenir as “causas do desajustamento do menor, aplicando um método terapêutico – pedagógico com a finalidade de sua reeducação e reintegração a sociedade, procurando corrigir sua conduta antissocial” (BECHER, 2011, p.8). A fundação dessa instituição foi plenamente alinhada à Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, uma vez que, além de promover propaganda para o regime militar, possuía o propósito de manter o controle do poder por meio do campo psicossocial, construindo o cidadão do futuro. De acordo com Becher (2011), graças a essa instituição, o governo inscreveu jovens e crianças

⁸ De acordo com Boeira (2014), para o imaginário das classes médias e altas, a pobreza e a criminalidade estavam associadas, sendo a rua o espaço de reprodução da violência e do crime. Havia o consentimento velado ou explícito com as práticas pouco legais dos órgãos e aparelhos do Estado, em relação ao menor, para manter a ordem política e social.

pobres em um modelo coercitivo – repressivo, suscitando em tratamento desumano e estigmatizante para as camadas mais pobres. O jovem infrator era considerado uma anomalia no contexto da modernização da sociedade e o principal responsável para essa situação era sua própria família, que deveria ser a promotora da moral e bons costumes.

No mesmo ano, cinco meses depois, a temática foi retomada e os jovens, entre 16 e 18 anos, envolvidos em atos criminosos, foram o centro do texto de Rachel de Queiroz. A crônica, *Eles são de menor*, mais uma vez questionou a eficácia dos reformatórios na reabilitação dos “pequenos delinquentes e abandonados”, reafirmando que eram apenas “academias do crime”, as quais apenas contribuíam para um elevado índice de reincidência de atos ilícitos. Interessante perceber que, apesar de não apontar fatores categóricos para o fracasso da FUNABEM e não a vincular ao governo, a escritora criticou, algumas vezes em um periódico de grande circulação, uma instituição criada pela ditadura militar, com incumbências contextualizadas com a Doutrina de Segurança Nacional, que era a base de todas as ações do Executivo. Portanto, relatou: “Anos atrás [...] tomei contato com suas escolas de recuperação e me enchi de esperanças. Depois, [...] nunca mais andei lá e só sei dos pavorosos resultados [...] nessa praga de crimes juvenis que ataca o país” (O POVO, 1980, p.4). Na verdade, esse assunto era bem recorrente nos principais meios de comunicação da época, de acordo com Boeira (2014). A imprensa repunha continuamente a questão do menor para a consciência pública, repercutindo num amplo debate na sociedade civil, que atingiu esferas governamentais.

A crônica aprofundou mais a questão do jovem infrator, uma vez que discutiu a possibilidade de antecipação da responsabilidade criminal para os 16 anos. Sem desejar se posicionar de forma contundente acerca da polêmica, ela questionou se os jovens tinham consciência do seu comportamento e das consequências dos seus crimes. Segundo ela, de um lado estavam os inocentes “estúpida e brutalmente mortos”, vítimas de um menor assassino, frio e implacável. Do outro, ela indagava se os “menores adultos” eram, de fato, responsáveis frente à justiça. A partir dessas considerações, Rachel de Queiroz ponderou “[...] o que especialmente repugna ao ministro, como de resto a todos nós, é a ideia de jogar esses adolescentes em presídios de adultos que compõem o nosso sistema penal” (O POVO, 1980, p. 4). Dessa forma, é perceptível

certa tentativa da cronista de justificar o posicionamento do ministro que vetou a redução na maioria penal, ao mesmo tempo em que admitia a inoperância do sistema penitenciário e questionava a falta de recursos oficiais para essa causa e a existência de uma legislação obsoleta e inadequada.

Esses debates ganharam grande proporção, graças ao aumento da pobreza e da miséria, especialmente no final da década de 1970, no Brasil, fato que acabou restringindo as oportunidades dignas para milhares de crianças e adolescentes das camadas populares. Dessa forma, a redução da maioria penal foi uma proposta veiculada pelas camadas conservadoras para responder as dificuldades. No entanto, nesse mesmo período, foram estabelecidas mobilizações pela redemocratização e pela reimplantação de direitos políticos e civis por meio dos movimentos sociais e sindicais. Esses movimentos sensibilizaram setores populares e mais intelectualizados na contrariedade da idade penal, divulgando argumentos contrários à medida. Talvez para acalmar as discussões e aplacar as críticas ao autoritarismo, foi aprovada, no ano anterior, a escrita da crônica, o novo Código de Menores⁹, que não atendeu aos interesses elitistas, nem o das camadas mais baixas, uma vez que maiores de 16 não seriam responsabilizados judicialmente pelos seus crimes, mas a lei também não distinguiria menor abandonado de delinquente, enquadrando de forma arbitrária os infratores e carentes.

Rachel de Queiroz também apontou, na crônica, como fatores causadores da situação de calamidade dos menores no Brasil, fatores morais, caracterizados pela degradação e permissividade que afetava tanto os meninos filhos da miséria, como os de classe média. Não questionou em nenhum momento as desigualdades sociais e econômicas históricas do Brasil, nem apontou as ingerências do governo civil- militar na ampliação dessa conjuntura. Deste modo, a pobreza só foi citada como explicação coadjuvante, afinal, o Brasil passava por um período de recessão, devido ao segundo choque do petróleo e ao impacto da dívida externa, fato que ampliou essa faixa entre 1980 e 1983. Nesse período, o produto interno bruto sofreu uma perda real de 7% e a inflação se manteve entre 96% e 100%. Ademais:

⁹ Em 1979 foram propostos dois projetos de Lei, números 334 e 370/1979, à Câmara de Deputados, prevendo a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Entretanto, os projetos foram rejeitados e arquivados. Esse evento pode ser entendido como vitória dos movimentos sociais.

Além da perda de produção e descontrole dos preços, o povo conheceu a amarga experiência do desemprego em massa, que a geração presente de trabalhadores não conhecia (SINGER, 2014, p.211).

Essa “geração presente de trabalhadores” correspondia aos jovens que entravam no mercado de trabalho e foi a temática da crônica *Desemprego*, de 1982, que refletia a tensão social e econômica vivenciada no país, especialmente no Nordeste. Ao contrário do período do milagre econômico, em que a escritora esbanjava otimismo, o texto discorreu sobre a grande quantidade de profissionais formados pelas faculdades, apesar da precária rede de ensino médio, lembrada por ela, que tinham dificuldades de colocar em prática seus conhecimentos em um bom emprego, devido à estagnação da economia. Sem conectar essa limitação de oportunidades à falência das políticas governamentais, a cronista falou que a maior aspiração jovem era ao emprego público, que, de acordo com ela, era a “fonte de todo socorro”, especialmente para os donos de diplomas universitários que não se arriscavam na iniciativa particular ou autônoma. Na verdade, Rachel de Queiroz chamava atenção não só para o índice de desemprego do país, mas para a transformação na mentalidade juvenil devida ao acesso ao ensino e a outros programas governamentais que beneficiavam o homem do campo e que, faziam com que moças e rapazes não tivessem mais interesse em atividades rurais e procurassem melhores ensejos nos centros urbanos. Então, de forma preconceituosa quanto aos seus destinos, ela determinava:

Vez por outra um consegue juntar a passagem de ônibus e, se rapaz, vai tentar ser porteiro de prédio no Rio ou São Paulo, se moça, empregada doméstica. Falhando isso, viram marginais como os favelados de nascença (O POVO, 1982, p.4).

Desta forma, ao longo do texto, pudemos observar uma escritora que dividida entre a tradição e o progresso, muitas vezes observou as transformações que permeavam a juventude, entre os anos de 1964 e 1984, de forma conservadora e ressabiada. Atenta às necessidades do período ditatorial vivenciado no Brasil, de manutenção da ordem e coesão nacional para o desenvolvimento econômico, Rachel de Queiroz caracterizou os jovens, em seu texto, ao mesmo tempo em que o transformava em panfleto em busca de adesão ao projeto nacionalista e dissidente de qualquer forma contestatória, fosse ela política ou comportamental. Mesmo na década de 1980, quando o governo militar

mostrava sinais de debilidade e o país passava por inúmeros problemas sociais e econômicos, a escritora colocou em debate as necessidades dos “menores”, vítimas de exclusão e do preconceito social. Portanto, mesmo diante da análise muitas vezes estereotipada da cronista, foi possível perceber uma senhora, que envelhecia, diante de transfigurações impostas pela modernização, sempre preocupada com as ações das futuras gerações.

.REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005.

BECHER, F. Os menores e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. [S.l.]. **Anais...** [S.l.]: ANPUH, p. 1–16, 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 6. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2014.

BOEIRA, D. **Menoridade em pauta em tempos de ditadura: a CPI do Menor (Brasil, 1975-1976)**. Angelus Novus, n. 8, p. 179-198, 18 nov. 2015.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2016.

_____. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro**. 2ª Ed. Intrínseca Ltda. 2014.

_____. **A Ditadura Escancarada: As ilusões armadas**. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2014.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: O breve século XX - 1914, 1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O éthos Rachel. In: INSTITUTO MOREIRA SALLES (Org.). **Cadernos de Literatura Brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997

_____. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: AGIR, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014

_____. “A modernização autoritária – conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: MOTTA, R. P. S; REIS, D. A.; RIDENTI, M.; (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

PEREIRA, Carlos Alberto M. **O que é Contracultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção “Primeiros Passos”.)

QUEIROZ, Rachel de. A velha senhora na Academia: depoimento. [17 de abril de 1977]. São Paulo: Folha de São Paulo. Entrevista concedida a Isa Cambará. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/04/17/348>. Acessado em 20/06/2016

_____. Desemprego. Jornal O Povo. 16/08/1982. p.4.

_____. Eles são de menor. Jornal O Povo. 28/07/1980. p.4.

_____. Favela da Maré. Jornal O Povo. 03/02/1980. p.4.

_____. Geração. O Cruzeiro. 04/04/73 p.130.

_____. Gosto de Brasil. O Cruzeiro. 15/09/70. p.146.

_____. Hora Decisiva. O Cruzeiro. 08/09/ 1971. p.130.

_____. O Homem Morto. O Cruzeiro. 16/10/71. p.130 .

_____. Os pais e os jovens bichos – folhetim nº 1. O Cruzeiro. 04/04/72 p.130

_____. Os pais e os jovens bichos – folhetim nº 2. O Cruzeiro. 11/04/72 p.130

_____. Os pais e os bichos – folhetim nº 3. O Cruzeiro. 19/04/72 p. 130.

_____. Os pais e os bichos – folhetim nº 4. O Cruzeiro. 26/04/72 p.130 .

_____. Regeneração. O Cruzeiro. 18/07/64. p.130.

_____. Rondon, Mauá & Capistrano. O Cruzeiro. 23/06/71. p. 114.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

SINGER, Paul. “O Processo Econômico”. In: REIS, Daniel Aarão. (Org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964 – 2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. [S.l.]:Nova Fronteira, 2006.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019